

Prepare-se para uma surpresa desagradável. O alerta é de Simonsen.



Embora assinalando que se trata de um trabalho "tecnicamente competente", o ex-ministro Mário Henrique Simonsen disse, ontem, no Rio, que o pacote econômico enviado pelo governo ao Congresso, ao contrário do que tem sido noticiado, "produzirá um acentuado aperto nos contribuintes", pessoas físicas, através da maior incidência do Imposto de Renda referente à declaração de rendimentos de 1986.

"Os contribuintes individuais terão uma surpresa desagradável quando, em 1987, concluírem suas declarações de Imposto de Renda, pois, com a correção monetária do imposto devido, o tributo a ser pago será muito maior do que ocorre atualmente, penalizando muitos assalariados que hoje recebem devolução", afirmou Simonsen.

O ex-ministro e hoje diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas passou seis horas lendo todo o pacote tributário, em especial a parte relativa ao Imposto de Renda, e concluiu que o elenco de medidas proposto pelo governo aponta muito mais na "direção da austeridade, embora à primeira vista pareça um festival inflacionário". Simonsen acredita que o aumento da tributação e o corte de 10% das despesas das empresas estatais terão influência positiva sobre o déficit público, reduzindo-o, e assim contribuirão para diminuir a taxa de inflação, ainda que considere necessárias outras medidas com o mesmo objetivo.

Exemplo

Simonsen deu um exemplo prático do pagamento maior do Imposto de Renda em 1987, embora diminua a incidência na fonte a partir do próximo ano.

"Quando preparar a declaração de rendimentos em 1985, o contribuinte somente corrigirá o valor do imposto pago na fonte, e não o imposto devido. Na hipótese de que o imposto devido seja de Cr\$ 50 milhões e o imposto recolhido na fonte em 1985 totalize Cr\$ 30 milhões, este passaria a valer Cr\$ 54 milhões, com a aplicação, por exemplo, de uma correção monetária de 80%. Assim, o contribuinte receberia de volta Cr\$ 4 milhões, correspondente ao excedente do valor corrigido pago na fonte sobre o imposto devido."

De acordo com o pacote tributário, advertiu o ex-ministro, aquela situação se modificará

radicalmente, a partir do fato de que também o imposto devido sofrerá correção monetária. Considerando o mesmo exemplo, de um contribuinte com imposto devido de Cr\$ 50 milhões, imposto recolhido na fonte de Cr\$ 30 milhões e correção de 80%, a devolução de Cr\$ 4 milhões se transformaria em pagamento de nada menos de Cr\$ 36 milhões. Isso porque o imposto devido seria corrigido para Cr\$ 90 milhões, com a correção monetária de 80%, enquanto o imposto na fonte, corrigido, ficaria em Cr\$ 54 milhões. É o que acontecerá quando o contribuinte elaborar sua declaração de rendimentos em 1987, referente aos salários e demais rendimentos obtidos em 1986.

Para Simonsen, os contribuintes nas faixas de 30 a 50 salários-mínimos de rendimentos serão os mais atingidos pela sistemática do imposto de renda instituída no pacote econômico. Na prática, ocorrerá aumento da alíquota máxima do Imposto de Renda, que hoje, em termos reais, é de 33% (e de 50% em termos nominais) para 60% em termos reais a partir do exercício de 1987.

O ex-ministro mostrou-se extremamente preocupado com o fato de que o pacote tributário, pela sua complexidade, exigirá uma profunda análise do Congresso Nacional. Simonsen teme, contudo, que isso não ocorra, e que o Congresso vote em dois dias modificações que afetarão profundamente os assalariados.

Elogios

Simonsen elogiou as justificativas apresentadas pelo governo no pacote de medidas encaminhadas ao Congresso, assinalando que se trata de um trabalho "tecnicamente competente". Contudo, qualificou de "ilusória", a forma como as medidas foram apregoadas, sobretudo o pacote tributário, porque parece que se destinam a promover um "festival inflacionário", quando na verdade objetivam maior austeridade por parte da condução da política econômica.

"Com o corte de 10% em suas despesas, as empresas estatais terão de cortar salários ou demitir pessoal", lembrou Simonsen, que considerou "cosméticas" as outras medidas, entre as quais a redução da frota oficial de veículos e a destinação de Cr\$ 73 trilhões para programas sociais, "cifra que já estava incluída na proposta orçamentária para 1986".